

-- CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS --**Questão 21**

Suponha que Alan e Valério tenham sido condenados criminalmente e as respectivas sentenças tenham assim transitado em julgado: Alan sentenciado a pena privativa de liberdade, e Valério, a pena restritiva de direito. Nessa situação, em relação aos direitos políticos,

- A Alan os perderá por cassação, e os de Valério serão suspensos enquanto durarem os efeitos da condenação.
- B Valério os perderá por cassação, e os de Alan serão suspensos enquanto durarem os efeitos da condenação.
- C Alan e Valério os perderão por cassação.
- D Alan e Valério permanecerão a exercê-los.
- E Alan e Valério os terão suspensos enquanto durarem os efeitos da condenação.

Questão 22

Suponha que determinado canal na internet esteja divulgando a história de um crime que tenha ocorrido, em município brasileiro, há mais de 50 anos. Suponha, ainda, que a informação acerca desse fato verídico tenha sido lícitamente obtida e divulgada e que o condenado pelo crime ajuíze ação na qual solicite a suspensão da divulgação do fato, alegando ter direito constitucional ao esquecimento. Nessa situação, a referida alegação é

- A procedente, pois o referido direito embasa-se na proteção da honra individual.
- B improcedente, pois a ideia de um direito ao esquecimento é incompatível com a Constituição.
- C procedente, visto que o referido direito justifica-se pela proteção da imagem da pessoa.
- D procedente, dado o princípio da inviolabilidade da privacidade humana.
- E improcedente, visto que os parâmetros constitucionais não incluem a proteção da personalidade em geral.

Questão 23

Suponha que, em determinada operação policial, entenda ser necessária a entrada forçada em domicílio de determinada pessoa, com a realização de busca e apreensão, no período noturno, sem mandado judicial, por supostamente estar ocorrendo situação de flagrante delito. Nessa situação, as razões para a entrada domiciliar devem ser justificadas

- A *a posteriori*, e, se consideradas ilícitas, haverá responsabilidade disciplinar e penal da autoridade policial, embora os atos praticados sejam considerados válidos.
- B *a posteriori*, e, se consideradas ilícitas, haverá responsabilidade disciplinar, civil e penal da autoridade policial, e os atos praticados serão considerados nulos.
- C antes da entrada, e, se consideradas ilícitas, os atos praticados serão considerados nulos, e a autoridade policial deverá responder disciplinarmente, mas não na esfera civil ou penal.
- D antes da entrada, e, se consideradas ilícitas, a autoridade policial deverá responder civil e penalmente, ainda que os atos praticados sejam considerados válidos.
- E antes da entrada, e, se consideradas ilícitas, haverá responsabilidade disciplinar, civil e penal da autoridade policial, embora os atos praticados sejam considerados válidos.

Questão 24

Suponha que João nasça no Brasil e seja filho de pai e mãe argentinos que estejam em território brasileiro a serviço do Uruguai. Suponha, ainda, que Sandro nasça na Itália e seja filho de pai brasileiro que resida há algum tempo no exterior, por interesse pessoal de estudo. Suponha, também, que Jaqueline nasça na Espanha e seja filha de mãe brasileira, a serviço da República Federativa do Brasil naquele país. Nessa situação, no momento do nascimento, é(são) brasileiro(s) nato(s)

- A João, Sandro e Jaqueline.
- B João e Jaqueline, somente.
- C Jaqueline, somente.
- D Sandro e Jaqueline, somente.
- E João, somente.

Questão 25

O chamado “contrabando legislativo” caracteriza-se pela existência de

- A iniciativa de projeto de lei com assunto de competência de lei complementar.
- B emenda parlamentar com matéria estranha a projeto de conversão de medida provisória em lei.
- C emenda parlamentar com matéria estranha a projeto de lei de iniciativa do presidente da República.
- D reedição de medida provisória na mesma sessão legislativa em que tenha sido rejeitada.
- E iniciativa de projeto de lei por parlamentar com matéria que tenha sido rejeitada na mesma sessão legislativa.

Questão 26

São princípios institucionais tanto do Ministério Público quanto da Defensoria Pública expressos na Constituição Federal

- A a unidade, a indivisibilidade e a publicidade.
- B a unidade, a publicidade e a independência funcional.
- C a indivisibilidade e a independência funcional, somente.
- D a unidade e a publicidade, somente.
- E a unidade, a indivisibilidade e a independência funcional.

Questão 27

Suponha que determinado magistrado esteja sendo processado e julgado no Superior Tribunal de Justiça, por supostamente ter cometido crime comum. Suponha, ainda, que, no curso do processo, ele se aposente voluntariamente. Nessa situação, a competência para processá-lo e julgá-lo será do

- A Superior Tribunal de Justiça, conforme a natureza do crime cometido.
- B Superior Tribunal de Justiça, independentemente do crime cometido.
- C primeiro grau de jurisdição.
- D Tribunal de Justiça do estado em que o magistrado atuava.
- E Tribunal de Justiça do estado do local do crime.

Questão 28

São consideradas reservas do Exército brasileiro as

- A polícias militares, os corpos de bombeiros e as polícias penais.
- B polícias militares e as polícias penais.
- C polícias militares e os corpos de bombeiros militares.
- D polícias militares e a polícia penal distrital.
- E polícias penais e os corpos de bombeiros militares.

Questão 29

Se, em ação direta de inconstitucionalidade proposta perante o Supremo Tribunal Federal, for alegada a inconstitucionalidade de certa lei federal,

- Ⓐ a decisão definitiva de mérito vinculará o Poder Legislativo.
- Ⓑ o Poder Legislativo ficará impossibilitado de revogar a lei questionada.
- Ⓒ o Poder Legislativo ficará impossibilitado de reeditar o diploma julgado inconstitucional.
- Ⓓ a decisão definitiva de mérito vinculará parcialmente o Poder Judiciário.
- Ⓔ a decisão definitiva de mérito vinculará todos os níveis da administração pública.

Questão 30

Extinguem a punibilidade do agente

- Ⓐ renúncia e perempção na ação pública condicionada.
- Ⓑ decadência e retratação na ação pública incondicionada.
- Ⓒ retratação e perdão aceito na ação pública condicionada.
- Ⓓ perdão aceito e perempção na ação privada propriamente dita.
- Ⓔ decadência e renúncia na ação privada subsidiária da pública.

Questão 31

Em 16/11/2011, um indivíduo, réu primário com 21 anos de idade à época, cometeu furto simples (art. 155, *caput*, Código Penal – pena de reclusão, de um a quatro anos, e multa). A denúncia foi oferecida em 10/11/2015 e recebida em 16/11/2015. Após a tramitação regular do processo, esse indivíduo foi condenado à pena de dois anos de reclusão, sentença publicada em 16/11/2018. Apenas a defesa recorreu, e o acórdão publicado em 16/11/2021 reduziu a pena para um ano de reclusão.

A partir dessa situação hipotética, é correto afirmar que

- Ⓐ o juiz deveria ter reconhecido, com base na pena aplicada na sentença, a prescrição virtual ocorrida entre a data do fato e a do recebimento da denúncia.
- Ⓑ não ocorreu prescrição nem em razão da pena em abstrato nem em razão da pena em concreto.
- Ⓒ houve, devido à pena em concreto final, prescrição retroativa entre a data do fato e a do recebimento da denúncia.
- Ⓓ houve, por pena em concreto final, prescrição retroativa entre o recebimento da denúncia e a sentença, pois há causa de redução do prazo prescricional.
- Ⓔ ocorreu, em razão da pena efetivamente aplicada, a prescrição superveniente entre a data de publicação da sentença e a do julgamento do acórdão.

Questão 32

O feminicídio – crime cometido contra a vida da mulher devido à sua condição de sexo feminino – tem aumento de pena se praticado

- Ⓐ contra vítima menor de dezoito anos de idade.
- Ⓑ contra vítima portadora de doença degenerativa que acarrete condição limitante.
- Ⓒ durante a gestação ou nos seis meses após o parto.
- Ⓓ na presença física ou virtual de descendente, ascendente ou irmão da vítima.
- Ⓔ contra vítima com idade maior ou igual a sessenta e cinco anos.

Questão 33

Conforme entendimento do STJ, o uso fraudulento de material transparente nas fases “a” e “b” do medidor de consumo de energia elétrica que permita a alteração do relógio para reduzir a quantidade registrada e consumida e induza a erro a companhia de eletricidade, gerando a obtenção de vantagem ilícita, configura o crime de

- Ⓐ modificação não autorizada de sistema de informações.
- Ⓑ dano.
- Ⓒ furto.
- Ⓓ estelionato.
- Ⓔ apropriação indébita.

Questão 34

Considerando o entendimento do STJ em relação a crimes sexuais, assinale a opção correta.

- Ⓐ A contemplação lasciva configura ato libidinoso constitutivo de estupro e de estupro de vulnerável, sendo irrelevante, para a consumação dos delitos, que haja contato físico entre ofensor e vítima.
- Ⓑ Pelos princípios da adequação social e proporcionalidade, o beijo lascivo não configura estupro quando a vítima é maior de 14 anos, independentemente do emprego de força física, cabendo desclassificação para crime menos grave.
- Ⓒ Pelo princípio da especialidade, é cabível a desclassificação do crime de estupro de vulnerável para o de importunação sexual, posto que ambos têm como elemento do tipo penal a violência ou grave ameaça.
- Ⓓ Pelo princípio da legalidade, não é possível a configuração do crime de assédio sexual na relação entre professor e aluno bem como entre líder religioso e fiel, por ser elemento do tipo penal a subordinação laboral.
- Ⓔ No crime de estupro em que a vulnerabilidade decorre de deficiência mental, a fundamentação do juiz está vinculada à conclusão da perícia quanto ao discernimento e à possibilidade de resistência à prática sexual.

Questão 35

A, B e C são atores. Pelo fato de B obter o papel de personagens de maior destaque, secretamente A o inveja e despreza. No intuito de livrar-se de B, A troca as balas de festim por munição real do revólver de C, que, ao disparar em cena de novela contra B, causa sua morte. Nesse caso,

- Ⓐ segundo a teoria objetivo-material, C poderá ser enquadrado na autoria imprópria em relação ao homicídio de B.
- Ⓑ com base na teoria objetivo-formal, A poderá ser considerado autor mediato do homicídio de B.
- Ⓒ conforme a teoria do domínio do fato, C seria considerado partícipe do homicídio de B.
- Ⓓ A e C agiram em autoria colateral, sendo que A será considerado mandante e C responderá culposamente.
- Ⓔ houve autoria incerta, e A e C responderão por tentativa de homicídio, pois, quanto à tentativa, existia certeza, mas, quanto à ocorrência do resultado, havia dúvida.

Questão 36

Considerando-se a teoria do tipo penal, é correto afirmar que

- A o arrependimento posterior exige voluntária reparação do dano até o oferecimento da denúncia.
- B responde pelo resultado que agrava especialmente a pena o agente que o houver causado, independentemente de dolo ou culpa.
- C a pena do agente que agiu voluntariamente será reduzida, no arrependimento eficaz, de um a dois terços.
- D o agente responde pelos atos já praticados, na hipótese de absoluta impropriedade do objeto que impeça a consumação do crime.
- E o dever de agir, no crime omissivo, também incumbe a quem não tem obrigação legal, mas, por outro motivo, assumiu a responsabilidade de evitar o resultado.

Questão 37

O filho de um tesoureiro furtou certa quantia em dinheiro da associação em que o pai trabalha. O tesoureiro, sabendo do fato, atribuiu a autoria do delito ao faxineiro da associação após, por insistência da diretoria, ter registrado a ocorrência policial e solicitado instauração do inquérito policial. Considerando-se as informações apresentadas, é correto afirmar que, nesse caso, o tesoureiro responderá por

- A calúnia.
- B favorecimento real.
- C falso testemunho.
- D comunicação falsa de crime.
- E denúncia caluniosa.

Questão 38

O particular que solicita vantagem econômica de suspeito sob falso pretexto de exercer influência sobre o delegado responsável pelo inquérito policial, para que não o indicié, pratica

- A exploração de prestígio.
- B tráfico de influência.
- C advocacia administrativa.
- D corrupção ativa.
- E corrupção passiva.

Questão 39

O roubo perpetrado contra diversas vítimas em um único evento, estando comprovados os desígnios autônomos do autor do fato, configura

- A crime único.
- B concurso formal impróprio.
- C crime continuado.
- D concurso material.
- E concurso formal próprio.

Questão 40

Em relação ao livramento condicional e à suspensão condicional da pena, é correto afirmar que

- A a execução da pena privativa de liberdade não superior a dois anos poderá ser suspensa desde que o condenado não seja reincidente em crime doloso ou culposos.
- B as penas relativas a infrações diversas não podem ser somadas para efeito do livramento condicional.
- C a execução da pena privativa de liberdade não superior a quatro anos poderá ser suspensa quando o condenado for idoso.
- D cabe livramento condicional ao condenado que cumprir mais de dois terços da pena, independentemente de ser reincidente específico em crime hediondo.
- E a condenação anterior a uma pena de multa não impede a concessão da suspensão condicional da pena.

Questão 41

No processo penal brasileiro, a revisão pro *societate*

- A permite que o réu seja indiciado e processado mais de uma vez pelo mesmo fato.
- B não é admitida, mesmo que o réu tenha sido absolvido injustamente por decisão já transitada em julgado.
- C é admitida quando a sentença absolutória for proferida por juízo incompetente.
- D não admite o reexame de sentença que extingue a punibilidade com base em falsa certidão de óbito do réu.
- E é assegurada devido à possibilidade do Poder Judiciário de rever os próprios atos de ofício quando eivados de nulidade.

Questão 42

Com base no que dispõe a Lei n.º 10.446/2002, mesmo quando houver repercussão interestadual ou internacional que exija repressão uniforme, cabe à Polícia Civil investigar

- A a formação de cartel.
- B extorsão praticada em razão da função pública exercida pela vítima.
- C sequestro, quando houver motivação política.
- D crimes praticados pela Internet que difundam conteúdo misógeno.
- E a falsificação de produto destinado a fins terapêuticos ou medicinais.

Questão 43

Conforme o CPP, o juiz estará impedido de exercer jurisdição no processo se

- A for amigo íntimo ou inimigo de uma das partes.
- B tiver aconselhado uma das partes a respeito do processo.
- C seu cônjuge responder a ação que será julgada pela parte.
- D seu tio atuou como delegado no inquérito policial.
- E for tutor ou curador de uma das partes do processo.

Questão 44

Em regra, é possível desarquivar o inquérito policial quando fundamentado na

- A atipicidade do fato.
- B falta de justa causa para a ação penal.
- C decadência do direito de representação do ofendido.
- D comprovação de coação moral irresistível.
- E menoridade do autor do fato.

Questão 45

Durante a pandemia, A, B e C foram encaminhados ao juizado especial criminal por terem praticado, respectivamente: omissão de notificação de doença (art. 269 CP, pena de detenção, de seis meses a dois anos, e multa); fornecimento de remédio em desacordo com receita médica (art. 280 CP, pena de detenção, de um a três anos, ou multa), e charlatanismo (art. 283 CP, pena de detenção, de três meses a um ano, e multa). Nesse caso,

- A são cabíveis transação penal e suspensão condicional do processo para A, B e C.
- B é cabível transação penal somente para C.
- C é cabível transação penal para A, B e C.
- D é cabível suspensão condicional do processo apenas para C.
- E é cabível suspensão condicional do processo para A, B e C.

Questão 46

Um indivíduo foi preso em flagrante pela prática de homicídio doloso simples (art.121, *caput*, CP, pena de reclusão, de seis a vinte anos). Nesse caso, na audiência de custódia,

- Ⓐ não cabe liberdade provisória por tratar-se de crime hediondo contra a vida.
- Ⓑ considerando-se a pena abstrata do crime, somente se admite liberdade provisória sem fiança.
- Ⓒ admite-se conversão em prisão temporária pelo prazo de 30 dias, prorrogáveis por igual período.
- Ⓓ caberia concessão de liberdade provisória mediante o pagamento de fiança arbitrada pelo delegado.
- Ⓔ admite-se liberdade provisória mediante o pagamento de fiança arbitrada pelo juiz independentemente de oitiva do MP.

Questão 47

Em relação à prova criminal, é correto afirmar que,

- Ⓐ na falta de perito oficial, o exame será realizado por duas pessoas idôneas, com formação superior preferencialmente na área técnica relacionada à perícia.
- Ⓑ a confissão formal do acusado pode suprir a ausência do exame de corpo de delito nos crimes que deixam vestígios.
- Ⓒ na sentença, o juiz não pode desconsiderar integralmente as conclusões de laudo pericial elaborado por perito oficial.
- Ⓓ o exame deve ser realizado por dois peritos oficiais sob pena de nulidade, sendo admitida a elaboração do laudo por aquele que participou da diligência de apreensão.
- Ⓔ para a comprovação da materialidade do crime de violação de direito autoral, é necessária a perícia de todo o produto apreendido para verificar a exata extensão do dano.

Questão 48

Um indivíduo está sendo investigado em dois inquéritos policiais, em um pela prática do crime de sequestro e cárcere privado (art. 148, *caput*, CP, pena de reclusão de um a três anos) e em outro pela prática de estelionato (art. 171, *caput*, CP, reclusão de um a cinco anos, e multa). Considerando-se os crimes mencionados, é correto afirmar que

- Ⓐ os dois crimes não admitem decretação de prisão provisória.
- Ⓑ os dois crimes admitem a decretação de prisão preventiva.
- Ⓒ os dois crimes admitem a decretação de prisão temporária.
- Ⓓ o primeiro crime admite somente prisão temporária, e o segundo, apenas prisão preventiva.
- Ⓔ o primeiro crime admite somente prisão preventiva, e o segundo, apenas prisão temporária.

Questão 49

Após investigação prévia que confirmou sua prática delituosa, um indivíduo – ao emitir o laudo falso que lhe foi solicitado por terceiro, atestando invalidez para fins de obtenção de benefício previdenciário – foi preso em flagrante delito por policial civil disfarçado. Considerando-se essa situação hipotética, é correto afirmar que

- Ⓐ a prisão é legal por ter ocorrido flagrante próprio, independentemente do disfarce do policial.
- Ⓑ a prisão deve ser relaxada por ter ocorrido flagrante preparado, considerado ilegal pelo STF.
- Ⓒ a prisão em flagrante deve ser mantida por ter sido constatado que se trata de crime habitual.
- Ⓓ a prisão é legal, por ter ocorrido flagrante esperado legalmente admitido.
- Ⓔ a prisão é ilícita, por caracterizar flagrante forjado pelo policial disfarçado.

Questão 50

Assinale a opção correta em relação à citação e à intimação no processo penal.

- Ⓐ Os prazos são contados da data da intimação, e não da juntada aos autos do mandado ou da carta precatória.
- Ⓑ É válida a citação por edital de réu preso na mesma comarca do juízo processante quando este não tem ciência do fato.
- Ⓒ O processo ficará suspenso caso o réu seja citado pessoalmente e, injustificadamente, deixe de comparecer em juízo.
- Ⓓ A intimação do membro do Ministério Público, do assistente de acusação e do defensor do réu é pessoal.
- Ⓔ É nula a citação por edital que indica o dispositivo da lei penal, mas não transcreve nem resume a inicial.

Questão 51

De acordo com o entendimento dos tribunais superiores, é lícita a prova obtida

- Ⓐ em revista pessoal feita por agentes de segurança privada que trabalham em estação de metrô.
- Ⓑ por busca e apreensão de documento no interior de veículo automotor utilizado para passeio, sem prévia autorização judicial.
- Ⓒ pela polícia, por meio da extração de conversas do celular apreendido do preso no momento do flagrante, sendo desnecessária prévia autorização judicial.
- Ⓓ por meio de revista íntima realizada em visitante de estabelecimento prisional, ainda que motivada por denúncia anônima.
- Ⓔ por meio de abertura de cartas, correspondências ou qualquer encomenda postada nos Correios.

Questão 52

Assinale a opção correta em relação às disposições estabelecidas na Lei n.º 9.455/1997.

- Ⓐ A configuração do crime de tortura exige a prática de violência.
- Ⓑ Para a caracterização do delito de tortura, é necessário que a conduta criminosa se destine a atingir um fim específico, como a obtenção de informação, declaração ou confissão sobre determinado fato.
- Ⓒ O agente que se omite em face das condutas previstas nessa lei quando tinha o dever de apurá-las incorre nas mesmas penas previstas para os crimes nela descritos.
- Ⓓ A perda do cargo público não é efeito automático da sentença que condena o servidor público pela prática do crime de tortura.
- Ⓔ Não se exige que o sujeito ativo da tortura seja agente público para a caracterização dessa infração penal.

Questão 53

Em relação à Lei n.º 13.869/2019 e a seus dispositivos, que se referem aos crimes abuso de autoridade, assinale a opção correta.

- Ⓐ A prática de crime de abuso de autoridade pressupõe vínculo estatutário do agente ativo com a administração pública.
- Ⓑ Alguns dos delitos previstos nessa lei processam-se mediante ação penal pública condicionada à representação.
- Ⓒ Um dos efeitos da condenação pela prática de abuso de autoridade é a perda do cargo público, que deverá ser fundamentada e pode ser aplicada em caso de reincidência, ainda que não específica.
- Ⓓ Sem prejuízo das disposições do Código Penal, essa lei admite a substituição das penas privativas de liberdade por restritivas de direitos, entre as quais a suspensão do exercício do cargo, da função ou do mandato por prazo determinado.
- Ⓔ A configuração dos crimes de abuso de autoridade exige elemento subjetivo específico ou, então, na modalidade culposa, negligência, imprudência ou imperícia no desempenho da função pública.

Questão 54

Assinale a opção correta acerca do entendimento dos tribunais superiores em relação ao crime de tráfico ilícito de substâncias entorpecentes.

- Ⓐ A incidência da atenuante da confissão espontânea no crime de tráfico ilícito de entorpecentes não exige o reconhecimento da traficância pelo acusado, bastando a mera admissão da posse ou propriedade para uso próprio.
- Ⓑ A importação de pequena quantidade de sementes da planta conhecida como maconha é atípica.
- Ⓒ Não se admite a substituição das penas privativas de liberdade por restritivas de direitos nas condenações por tráfico de drogas.
- Ⓓ A existência de ações penais em curso e registros de atos infracionais serve para impedir o reconhecimento do tráfico privilegiado.
- Ⓔ O crime de tráfico de drogas é equiparado a hediondo, ainda que em sua forma privilegiada.

Questão 55

No que concerne às disposições estabelecidas na Lei n.º 7.716/1989 e decisões do STF acerca dos crimes nela previstos, assinale a opção correta.

- Ⓐ Em decorrência de vedação constitucional, não será concedida liberdade provisória aos presos em flagrante por prática de racismo, com ou sem fiança.
- Ⓑ Admite-se a substituição da pena privativa de liberdade por restritivas de direitos, se preenchidos os requisitos do Código Penal.
- Ⓒ Se os crimes previstos nesse dispositivo legal forem praticados por servidor público no exercício de suas funções, a perda do cargo é efeito automático da condenação.
- Ⓓ O crime de racismo é imprescritível e punido com reclusão, devendo as condenações decorrentes de sua prática ser cumpridas em regime inicialmente fechado.
- Ⓔ O conceito de racismo, segundo os tribunais superiores, não engloba condutas homofóbicas, dada a inexistência de previsão legal nesse sentido.

Questão 56

Assinale a opção correta a respeito da disciplina legal dos crimes contra o meio ambiente.

- Ⓐ O recolhimento domiciliar é espécie de pena restritiva de direitos prevista na Lei de Crimes Ambientais.
- Ⓑ O desmatamento é considerado crime se praticado em terras de domínio público ou devolutas e desde que a floresta seja nativa, salvo se o delito for praticado por necessidade de subsistência imediata pessoal do agente ou de sua família.
- Ⓒ Verificada a ocorrência de infração penal ambiental que envolva animais, estes deverão ser obrigatoriamente libertados em seu *habitat*.
- Ⓓ Não é cabível a suspensão condicional do processo ou o acordo de não persecução aos crimes ambientais, por expressa vedação legal.
- Ⓔ Se o abate de animal for praticado para proteger lavouras de ação predatória, será cabível a redução da pena de um a dois terços, desde que a circunstância seja atestada pela autoridade competente.

Questão 57

Considerando as disposições penais e processuais penais estabelecidas na Lei n.º 8.072/1990 (Lei de Crimes Hediondos) e a jurisprudência dos tribunais superiores acerca da matéria, assinale a opção correta.

- Ⓐ Os crimes hediondos e equiparados estão listados na Constituição Federal, não dispondo o legislador ordinário de liberdade para ampliar tal rol.
- Ⓑ O prazo de prisão temporária para os crimes hediondos e equiparados é de 30 dias, não sendo admitida prorrogação, porque ele já é ampliado em relação ao regramento da Lei n.º 7.960/1989.
- Ⓒ Se associação criminosa destinada à prática de crimes hediondos for desmantelada em razão de informações fornecidas por participante ou associado do grupo criminoso, este receberá perdão judicial.
- Ⓓ O rol de crimes hediondos inclui o roubo qualificado por lesão corporal grave, porém não abrange o homicídio simples, salvo se praticado em atividade típica de grupo de extermínio.
- Ⓔ Os crimes hediondos são insuscetíveis de anistia, graça, indulto, liberdade provisória e fiança.

Questão 58

No que se refere à posição dos tribunais superiores em relação à Lei n.º 11.340/2006 (Lei Maria da Penha), assinale a opção correta.

- Ⓐ A posterior reconciliação entre vítima e agressor é fundamento suficiente para afastar a necessidade de fixação do valor mínimo previsto no art. 387, inciso IV, do Código de Processo Penal, pois não se pode exigir da vítima que tome a iniciativa de cobrar tal valor após o restabelecimento da relação afetiva.
- Ⓑ Se preenchidos os requisitos da Lei n.º 9.099/1995, cabe transação penal aos crimes submetidos ao rito da Lei Maria da Penha.
- Ⓒ Não se admite a substituição da pena privativa de liberdade por restritiva de direitos no caso de condenação pela contravenção de perturbação de tranquilidade.
- Ⓓ Aplicam-se as disposições da Lei n.º 11.340/2003 às situações em que o agressor seja do sexo feminino, desde que comprovada a coabitação entre autor e vítima.
- Ⓔ Não atrai a incidência dessa lei a hipótese em que um filho pratique violência física contra seu pai idoso.

▼ Questão 59

Tendo como base as disposições estabelecidas na Lei n.º 10.826/2003 e a jurisprudência do STJ e do STF acerca da matéria, assinale a opção correta.

- Ⓐ Não afasta a tipicidade da conduta criminosa o fato de a arma de fogo apreendida ter sido declarada absolutamente ineficaz por meio de perícia realizada no curso da ação penal.
- Ⓑ Não se admite a incidência do princípio da insignificância aos crimes previstos na referida lei, ainda que seja apreensão de pouca munição desacompanhada de arma de fogo, por se tratar de infrações penais de perigo abstrato.
- Ⓒ Configura o delito de porte de arma, e não de posse de arma de fogo, a conduta do caminhoneiro que seja surpreendido transportando em seu caminhão revólver de uso permitido, sem autorização e em desacordo com determinação legal ou regulamentar.
- Ⓓ O indivíduo que carrega consigo silenciador, desacompanhado de qualquer arma de fogo ou munição, não pratica crime, pois a essa lei não prevê punição para a posse ou porte de acessórios.
- Ⓔ A pena referente ao delito de posse de arma de fogo de uso permitido, prevista no art. 12 da referida lei, é aumentada de metade se a conduta criminosa for praticada por integrante de empresas de segurança privada e de transporte de valores.

▼ Questão 60

Considerando o estabelecido na Lei de Execução Penal e a jurisprudência do STJ e STF acerca da matéria, assinale a opção correta.

- Ⓐ As faltas disciplinares classificam-se em leves, médias e graves, punindo-se a tentativa com a sanção correspondente à falta consumada.
- Ⓑ O reconhecimento de falta grave consistente na prática de crime doloso no curso da execução penal exige o trânsito em julgado da condenação, sob pena de violação do princípio da presunção de inocência.
- Ⓒ É ilegal a regra do juízo da execução que impede o ingresso em estabelecimento prisional de pessoa que esteja cumprindo pena em regime carcerário aberto ou em gozo de livramento condicional.
- Ⓓ Por se tratar de infração penal sem previsão de privação de liberdade, a posse de drogas para uso pessoal no interior de estabelecimento prisional é considerada falta de média gravidade.
- Ⓔ Representa violação ao princípio da dignidade humana, previsto na Constituição Federal, o pagamento de salário inferior ao mínimo aos presos que trabalhem durante a execução da pena.

▼ Questão 61

Assinale a opção correta em relação ao que dispõe a Lei n.º 12.037/2009.

- Ⓐ A apresentação de documento de identificação militar não é suficiente para atestar a identidade civil, devendo, nessa situação, ser realizada a identificação criminal.
- Ⓑ Admite-se a coleta de material biológico do indiciado para a obtenção de perfil genético, o qual revelará informações importantes para futuras apurações, tais como traços somáticos e comportamentais.
- Ⓒ A distância temporal entre a data de expedição do documento de identidade civil e a sua apresentação pode ser fundamento válido para que se proceda à identificação criminal.
- Ⓓ Deve ser deferido o pedido de exclusão de um perfil genético do banco de dados caso o requerimento seja realizado pelo condenado quando completados 20 anos da inserção do referido perfil no banco de dados.
- Ⓔ Arquivado o inquérito, pode o indiciado requerer a retirada de sua identificação fotográfica dos autos, não sendo necessária a apresentação de provas de sua identificação civil, visto já se ter esgotado o objetivo do ato.

▼ Questão 62

Considerando o sistema de juizados especiais criminais, previsto na Lei n.º 9.099/1995, e a jurisprudência do STJ e STF sobre a matéria, assinale a opção correta.

- Ⓐ Tratando-se de crime de ação penal privada ou pública condicionada à representação, a realização de composição civil dos danos entre autor e vítima gera a extinção da punibilidade.
- Ⓑ Admite-se transação penal para os crimes dolosos com pena máxima inferior ou igual a 2 anos e para os delitos culposos, independentemente da sanção aplicada.
- Ⓒ A sentença que homologa a transação penal faz coisa julgada material, e o descumprimento do acordo deve ser resolvido por meio de execução na esfera cível.
- Ⓓ O procedimento de apuração de infrações de menor potencial ofensivo não admite a realização de exames periciais, haja vista a necessidade de brevidade na conclusão do processo.
- Ⓔ A despeito da omissão legislativa, é permitida a realização de transação penal para os crimes de ação penal privada, por se tratar de direito subjetivo do autor do fato.

▼ Questão 63

Flictenas rompidos, córion a descoberto, apergaminhado, liso e brilhante, constatados em vítimas de acidentes com álcool 93 GL, são características externas de queimaduras

- Ⓐ de primeiro grau.
- Ⓑ comuns em corpos com vida e em cadáveres.
- Ⓒ de segundo grau.
- Ⓓ comuns em corpos ainda com vida.
- Ⓔ típicas de cadáveres.

▼ Questão 64

A perturbação causada no corpo de vítimas que sofreram descargas elétricas cósmicas ou raios, sem ocorrência de êxito letal, é denominada

- Ⓐ fulguração.
- Ⓑ inanição.
- Ⓒ eletroplessão.
- Ⓓ insolação.
- Ⓔ intermação.

Questão 65

Um cadáver, encontrado em uma pequena cabana de uma praia pouco movimentada, ao ser analisado pelo legista, apresentava os seguintes sinais: rigidez cadavérica precoce e bem acentuada; manchas hipostáticas de cor lívida, distribuindo-se pelo tórax, costas e braços; e espuma abundante na boca. A temperatura do corpo era de 25 °C. Ele constatou, ainda, que o encéfalo apresentava hiperemia e congestão das meninges; coração com consistência muito aumentada; pulmões com equimoses subpleurais e edema interno; notou, em outras vísceras, a presença de hipertermia interna e de grande quantidade de sangue no sistema venoso. O perito criminal, ao examinar o local, verificou condições do tempo e certificou-se de não ter havido testemunhas. Deteve-se, então, na busca da causa das lesões observadas.

Nessa situação hipotética, não tendo encontrado causa diversa de morte, o perito diagnosticará que as lesões estão mais relacionadas a óbito decorrente de

- ☐ A eletroplessão.
- ☐ B insolação.
- ☐ C intermação.
- ☐ D inanição.
- ☐ E fulguração.

Questão 66

O corpo de um personal trainer que praticava habitualmente exercícios exenuantes matinais na praia foi encontrado caído sobre a areia sem sinais externos de violência. Após análises periciais e do legista, constatou-se que a morte desse indivíduo ocorreu em consequência de choque cardiogênico (tamponamento cardíaco), o qual decorre da ação de energias de ordem

- ☐ A física.
- ☐ B mista.
- ☐ C bioquímica.
- ☐ D físico-química.
- ☐ E biodinâmica.

Questão 67

Após receberem chamada para a realização de perícia em uma casa onde um rapaz encontrou o corpo do pai morto, os peritos criminais, tendo chegado ao local, verificaram que o corpo tinha sido retirado da posição original. Mesmo assim, puderam constatar: sinal de Ponsold; presença de espuma na boca; projeção da língua para o exterior; livores cadavéricos abaixo da cicatriz umbilical e na face anterior dos membros inferiores; fenômenos putrefativos secos na parte superior do cadáver e úmidos na parte inferior, além de rigidez cadavérica em curso.

Diante dessa situação hipotética, é correto afirmar que as características externas verificadas no corpo são mais compatíveis com

- ☐ A afogamento.
- ☐ B esganadura.
- ☐ C enforcamento.
- ☐ D estrangulamento.
- ☐ E sufocamento.

Questão 68

Durante uma necropsia, perito médico-legista verificou a presença de lesão denominada “manchas de Paltauf” no corpo de um periciando. Essa alteração é encontrada de forma mais característica no exame interno de morte ocasionada por

- ☐ A estrangulamento por mão.
- ☐ B enforcamento.
- ☐ C esganadura.
- ☐ D afogamento.
- ☐ E estrangulamento por laço.

Questão 69

Assinale a opção em que os dois tipos de fenômenos transformativos verificados nos cadáveres em estado de decomposição estão correta e respectivamente exemplificados

- ☐ A conservadores: autólise, putrefação e maceração; destrutivos: mumificação e saponificação
- ☐ B conservadores: mumificação e saponificação; destrutivos: autólise, putrefação e maceração
- ☐ C conservadores: mumificação e maceração; destrutivos: saponificação e autólise
- ☐ D conservadores: putrefação e maceração; destrutivos: autólise e maceração
- ☐ E conservadores: autólise, mumificação e saponificação; destrutivos: putrefação e maceração

Questão 70

À luz do conceito adotado pela Organização Mundial da Saúde (OMS), abortamento consiste na

- ☐ A interrupção da gestação com menos de 21 semanas ou com produto da concepção (embrião ou feto) pesando menos de 500 g.
- ☐ B interrupção da gestação com menos de 20 semanas ou com produto da concepção (embrião ou feto) pesando menos de 500 g.
- ☐ C interrupção da gestação com menos de 21 semanas ou com produto da concepção (embrião ou feto) pesando menos de 600 g.
- ☐ D interrupção da gestação com menos de 23 semanas ou com produto da concepção (embrião ou feto) pesando menos de 600 g.
- ☐ E interrupção da gestação com menos de 22 semanas ou com produto da concepção (embrião ou feto) pesando menos de 500 g.

Questão 71

Maria compareceu à delegacia para registrar ocorrência de que a esposa do seu irmão vinha ameaçando matar o próprio filho, que nasceu havia três dias. Disse que sua cunhada vinha enfrentando dificuldades para dormir e para amamentar a criança. Acrescentou que a cunhada apresentava agitação e raiva, que estava sempre confusa na hora de conversar e que manifestava delírios e alucinações.

Considerando-se essa situação hipotética, é correto afirmar que a provável patologia mental apresentada pela cunhada de Maria, que pode levar ao infanticídio, é a(o)

- ☐ A blues puerperal.
- ☐ B depressão pós-parto.
- ☐ C transtorno da ansiedade.
- ☐ D transtorno do pânico.
- ☐ E psicose puerperal.

Questão 72

Acerca dos vestígios, indícios e de outros elementos encontrados nos locais de crime, julgue os itens seguintes.

- I A nulidade por falta do exame de corpo de delito nos crimes que deixam vestígios é absoluta.
- II No caso de haver o crime deixado vestígio, a queixa ou a denúncia não será recebida se não for instruída com o exame pericial dos objetos que constituam o corpo de delito.
- III Os cadáveres, as lesões externas e os vestígios deixados no local do crime serão sempre fotografados na posição em que forem encontrados.

Assinale a opção correta.

- A Apenas o item I está certo.
- B Apenas o item II está certo.
- C Apenas os itens I e III estão certos.
- D Apenas os itens II e III estão certos.
- E Todos os itens estão certos.

Questão 73

No que se refere à prova pericial no curso do processo judicial, é permitido às partes

- I requerer a oitiva dos peritos para esclarecerem a prova ou para responderem a quesitos.
- II demandar esclarecimentos dos peritos desde que os quesitos ou questões sejam encaminhados com antecedência mínima de 15 dias.
- III arguir o impedimento legal do perito.

Assinale a opção correta.

- A Apenas o item I está certo.
- B Apenas o item III está certo.
- C Apenas os itens I e II estão certos.
- D Apenas os itens I e III estão certos.
- E Todos os itens estão certos.

Questão 74

O conceito de ciência total do direito penal e sua divisão em pressupostos de punibilidade derivados de um Estado Liberal de Direito e em sanções baseadas nas necessidades sociais, a fim de se lidar com as divergências entre o direito penal e a política criminal, foi desenvolvido por

- A Cesare Beccaria.
- B Franz Von Liszt.
- C Enrico Ferri.
- D Claus Roxin.
- E Rafael Garofalo.

Questão 75

Julgue os itens que seguem quanto à função dos três pilares das ciências criminais.

- I A criminologia apresenta estratégias e meios de controle social da criminalidade.
- II A política criminal fornece o substrato empírico do sistema.
- III O direito penal analisa as condutas indesejadas, tipificando infrações e combinando sanções penais.

Assinale a opção correta.

- A Apenas o item I está certo.
- B Apenas o item II está certo.
- C Apenas o item III está certo.
- D Apenas os itens II e III estão certos.
- E Todos os itens estão certos.

Questão 76

Assinale a opção correta acerca da criminologia e de seus métodos.

- A Na análise do fenômeno criminal, é preferível a abordagem multidisciplinar, que apresenta visões independentes e distintas de um mesmo problema e que é mais ampla que o método interdisciplinar.
- B A criminologia usa o método dedutivo, partindo de premissas genéricas para fazer inferências.
- C A criminologia é uma ciência cultural, do dever-ser.
- D No método criminológico, os fatos se sobrepõem a argumentos subjetivos de autoridade.
- E O método experimental confunde-se com o método empírico.

Questão 77

<https://www.camara.leg.br › noticias>

Debatedores divergem sobre endurecimento da legislação penal no combate à criminalidade - Notícias - Portal da Câmara dos Deputados

06/07/2021

<https://www.camara.leg.br › noticias>

CCJ aprova relatório que propõe penas mais rigorosas para crimes - Notícias - Portal da Câmara dos Deputados

30 sept. 2021

<https://www.camara.leg.br › noticias>

Grupo sobre projeto anticrime aumenta para 40 anos tempo máximo de cumprimento de pena - Notícias - Portal da Câmara dos Deputados

22 août 2019

As notícias cujos títulos são apresentados acima tratam do recrudescimento da legislação penal brasileira nos últimos anos. Acerca da criminologia, das penas e dos modelos de reação ao crime, assinale a opção correta.

- A Iniciativas legislativas de agravamento de penas estão relacionadas ao modelo restaurador de reação ao crime segundo o qual o mal causado pelo criminoso deve ser proporcionalmente retribuído pela pena.
- B A transação penal e a composição civil, institutos previstos na Lei n.º 9.099/1995, que regula os juizados especiais, têm um caráter conciliatório, consoante com o modelo clássico de reação ao crime.
- C O Direito Penal centrado na pessoa do infrator reflete o pensamento de Claus Roxin na chamada Terceira Via do Direito.
- D O recrudescimento penal como resposta a um clamor por justiça resulta na edição de leis penais simbólicas que são editadas para reduzir tensões sociais, mas que, à falta de respaldo da ciência criminal, não garantem uma efetiva prevenção do crime.
- E Leis penais mais severas previnem o crime na mesma proporção que a certeza da punição, noção essa que tem origem em estudos do século XVIII de Cesare Bonesana.

▼ Questão 78

Acerca dos modelos de prevenção criminal e das políticas públicas de prevenção à violência contra a mulher, julgue os itens seguintes.

- I Políticas de prevenção primária destinam-se a enfrentar as causas mais profundas da violência de gênero e devem ser direcionadas à população em geral; tais causas estão relacionadas à desigualdade nas relações de poder entre homens e mulheres e à manutenção de visões estereotipadas sobre os papéis sociais.
- II A prevenção secundária, também conhecida como intervenção precoce, destina-se a determinados grupos de risco mais propensos a sofrerem ou praticarem a violência doméstica, usualmente associada aos serviços de saúde e assistência social.
- III A prevenção terciária, também conhecida como resposta, está relacionada à reação dos sistemas policial e de justiça à comunicação de um episódio de violência, e se destina a prevenir, a longo prazo, a reiteração da violência.

Assinale a opção correta.

- A** Apenas o item I está certo.
- B** Apenas o item II está certo.
- C** Apenas os itens I e III estão certos.
- D** Apenas os itens II e III estão certos.
- E** Todos os itens estão certos.

▼ Questão 79

Acerca das teorias sociológicas da criminologia, assinale a opção correta.

- A** A teoria da desorganização social é considerada uma teoria do conflito social.
- B** A subcultura delinquente é um exemplo de teoria do consenso.
- C** A escola de Chicago, importante marco para o estudo da criminalidade urbana, representa uma das teorias do conflito social.
- D** A criminologia feminista opõe-se frontalmente à criminologia crítica que advém do positivismo criminológico.
- E** A teoria do *labelling approach* é exemplo de teoria do consenso, uma vez que se preocupa com os comportamentos não desviantes.

▼ Questão 80

O princípio da ofensividade ou lesividade, segundo o qual somente devem ser criminalizadas condutas por violação a um bem jurídico, e não por mero enquadramento legal ou vontade legislativa, foi desenvolvido por

- A** Luigi Ferrajoli.
- B** Edwin H. Sutherland.
- C** Robert K. Merton.
- D** Erving Goffman.
- E** George Kelling.

Espaço livre